

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.306.130 - RS (2018/0136786-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : GEVALDINO RIBEIRO
ADVOGADO : GERMANO DE OLIVEIRA PEREIRA - RS031572
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi denunciado como incurso no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de munições), e condenado às penas de 3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, além de pagamento de 20 dias-multa, conforme a sentença de fls. 213-230.

A defesa interpôs apelação, pleiteando a absolvição em razão da atipicidade da conduta ou a desclassificação do delito para o previsto no art. 12 do Estatuto do Desarmamento.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso, conforme o acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E DE MUNIÇÃO. TESE DE ATIPICIDADE DO AGIR AFASTADA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ARTIGO 12, DA LEI DE ARMAS. IMPOSSIBILIDADE. APREENSÃO OCORRIDA EM VIA PÚBLICA. REDUÇÃO DO QUANTUM PELA REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. FORMAÇÃO DE PEC PROVISÓRIO. CABIMENTO.

APELO DEFENSIVO PARCIALMENTE PROVIDO (fl. 271).

Na petição de recurso especial, a defesa alega divergência jurisprudencial quanto ao art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta, em síntese, que *"há entendimento diverso que beneficia o réu não enseja o crime de porte, mas o de posse irregular de arma de fogo conforme tipificação do art.12 da Lei nº 10.826/03, ocasionando a desclassificação do delito"* (fl.

309).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a não comprovação do dissídio nos moldes legais e a incidência da Súmula n. 284 da Corte Suprema.

Contraminuta às fls. 359-363.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (fls. 380-381).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacados os fundamentos da decisão agravada.

O recurso não merece provimento.

De início, verifica-se que o recorrente protocolou duas petições de recurso especial, uma em 6/2/2018 e outra em 9/2/2018. Assim, em razão do princípio da unirrecorribilidade, não conheço do segundo apelo, pois não é cabível à parte recorrente interpor dois recursos contra o mesmo acórdão. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO. UNIRRECORRIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. ART. 261 DO CPP. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. CONDENAÇÃO. PROVAS. PENA-BASE. CONTINUIDADE DELITIVA. AUMENTO DA PENA. NÚMERO DE INFRAÇÕES.

I - Em decorrência do que dispõe o princípio da unirrecorribilidade, não é dado à parte interpor, contra a mesma decisão, dois recursos especiais (Precedentes).

[...]

Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido (REsp 1.080.690/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 8.9.2009).

Com efeito, inviável o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois não foi realizado o cotejo analítico entre os acórdãos confrontados ou comprovada a similitude fática entre o aresto recorrido e o trazido à colação, nos termos dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. No caso, o recorrente limitou-se a transcrever a ementa do julgado paradigma.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. MATRÍCULA EM CURSO SUPERIOR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 5/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

III – In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, de preenchimento dos requisitos para inclusão nas cotas de estudantes egressos do sistema público de ensino demandaria necessária interpretação de cláusula contratual, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 5/STJ.

IV – É entendimento pacífico dessa Corte que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

V – A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI – Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.530.618/AL, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25.10.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 157, § 3º, PRIMEIRA PARTE, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESATENÇÃO AO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

I - O recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, exige a demonstração do dissídio jurisprudencial através da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido

e o eventual paradigma (arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ), o que não ocorreu na espécie.

II - Não pode ser conhecido o agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão monocrática agravada.

Agravo regimental parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido. (AgRg no AREsp 1164414/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/04/2018).

Ademais, para se chegar a conclusão diversa da que chegou o Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568 do STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator